



**casadesarmento**

centro de estudos do património

Núcleo de Documentação Abade de Tagilde | Casa de Sarmento | © Sociedade Martins Sarmento

Casa de Sarmento  
Centro de Estudos do Património  
Universidade do Minho

Largo Martins Sarmento, 51  
4810-241 Guimarães  
E-mail: [casa.sarmento@csarmento.uminho.pt](mailto:casa.sarmento@csarmento.uminho.pt)  
URL: [www.csarmento.uminho.pt](http://www.csarmento.uminho.pt)

# A Alta Idade Média na região superior do Tâmega

POR JESUS TABOADA  
Cronista Oficial de Verín (Espanha)

---

A avalanche bárbara irrompeu na Espanha com tremenda violência. Idácio, natural da cidade dos *Lí-micos*, tal como ele se apresenta no famoso *Cronicão*, narra com sombrias cores a invasão, dominado pela mágoa dolorosa de um romano espoliado. O flagelo da peste, as exacções tiránicas do dominador, a fome espantosa conduzindo à antropofagia, as feras cevando-se na carne humana, são, como ele recorda — ferro, fome, peste e feras — os quatro cavaleiros do Apocalipse vindos para cumprir «os vaticínios que o Senhor anunciou pela boca dos Profetas» (1).

Idácio escreve sob a impressão esmagadora de uma história vivida em toda a sua dura realidade. Protagonista de muitos acontecimentos, foi Legado dos Galegos junto do romano Aecio.

Os estragos e destruições que ele descreve atingiram indubitavelmente esta comarca. Os povos tamaganos e bibalos sofreram as implacáveis depredações desses louros germanos, que por vezes eram detidos em frente dos *castelos mais seguros* defendidos pela plebe. Idácio foi elevado ao episcopado de *Aquae-flaviae*, a que estavam adstritas as terras do Tâmega.

---

(1) Crónicon de Idácio, em Marcelo Macias, *Aportaciones a la Historia de Galicia*, Madrid, 1929, pág. 85.

Por virtude das delações de Dictínio, Spinion e Ascânio, o bispo Idácio é preso em Chaves por Frumario, a 26 de Julho do ano 462, ficando cativo durante três meses.

A entrada de Frumario em Aquasflávias através do vale tamagano é acompanhada de *horríveis estragos*, coincidindo com destruições semelhantes praticadas por Remismundo em lugares vizinhos, ocupados pelos auregenses.

Tanto destas lutas persistentes, em que os naturais utilizavam os castros para sua defesa, como em face do testemunho de Idácio, que chama sempre a estes invasores *pérfidos e falazes*, não se depreende que na Galiza fosse considerada mais aceitável a nova servidão do que a do império dos romanos, como afirma Morales (1) dos espanhóis em geral, apoiado em Paulo Orósio, que nos diz estavam eles melhor como súbditos dos Bárbaros do que, anteriormente, dominados pelos Romanos. Idácio, de estirpe galaico-romana, representa assim a hostilidade desta classe contra o novo dominador.

Durante a romanização, os agrupamentos indígenas, obrigados a descer à planície, criaram as *villae*, como colectividades agrícolas. Não é fácil acompanhar a evolução inicial deste fenómeno, mas os topónimos subsistentes de Vila, Vilar, Vilarinho, Vilarinho, Vilela, Vilaça, etc., revelam a sua origem; semelhantemente diversos nomes nasceram do possessor ou dono desses casais primitivos, segundo Piel (2). Desta natureza são Valdriz, Gondulfes, Romariz, Fiariz e outros mais.

Estas *villae* primitivas deram mais tarde lugar às paróquias rurais. Baseado no cânon 77 do Concílio de Ilberis, Pérez Pujol considera as paróquias rurais instituídas em Espanha já nos começos do século IV. O cânon citado é realmente expressivo: «*Si quis*

(1) Morales, *Corónica General de España*, Madrid, 1867, Livro Quinto, Cap. I, pág. 542.

(2) Joseph M. Piel, «Nomes de possessores latino-cristãos na toponímia asturo-galeco-portuguesa», Sep. de *Bíblis*, Coimbra, 1948, Vol. XXI, pág. 158.

*Diaconus regens plebem, sine Episcopo, vel presbytero aliquos baptizaverit, Episcopus eos per benedictionem perficere debet».*

Apenas esboçada a instituição paroquial, não lhe permitiu o domínio suevo, com sua crise religiosa, grande florescimento. Mas, por meados do século VI, operada a conversão deste povo, mercê do apostolado do Dumense, cresceu o fervor religioso em torno das igrejas e mosteiros (1).

Daquela crise resultaram, porém, alterações que o Paroquial suevo nos revela: da diocese de Aquasflávias não volta mais a falar-se, e das velhas colectividades indígenas poucas são as que então continuaram a figurar.

Os textos existentes — Texto de Loaisa, *Libet Fidei* (n.º 10 e n.º 55), Texto de Risco (2), Brito, Lucas de Tuy (3), Manuscritos 1346 e 1513 da Biblioteca Nacional de Madrid — apenas mencionam, de entre os povos desta comarca, os *equestis* (*equisis* e *equerie* em algumas versões) adstritos à Metrópole bracarense (4) e os *bibalos* (*bebalos*, *bevalos*, *bevalis*, *buuale*, *ruuale* e *biviale*, nos diversos textos) (5).

Estes nomes de grupos étnicos proto-históricos, bem como a toponímia (Tamagos, Tamaguelos, Oimbra...) constituem os únicos resíduos da organização romana no momento da conquista, que sobreviveram à invasão sueva. Não obstante, do estudo comparativo dos dados fornecidos por esta distribuição das dioceses e paróquias feita por ordem do rei Teo-

(1) P.º Miguel de Oliveira, «As paróquias rurais portuguesas. Sua origem e formação», *Revista de Guimarães*, Vol. Especial Comemorativo dos Centenários da Fundação e da Restauração de Portugal, Guimarães, 1940, pág. 201 ss.

(2) *España Sagrada*, Tomo XL, Apêndice V, pág. 341, 342.

(3) *Crónica de España*, preparada e prologada por Júlio Puyol, Madrid, 1926, Cap. XV, pág. 213.

(4) Mencionam-se os *Equestis* admitindo a sua localização na comarca do alto Tâmega, como quer Murgia (*Historia de Galicia*, Corunha, 1906, 2.ª ed., tomo II, pág. 409).

(5) Pierre David, *Etudes historiques sur la Galice et le Portugal du VI.º au XII.º siècle*, Coimbra, 1947, pág. 19 ss.

domiro no Conclio de Lugo de 569, Pierre David deduz que «à la fin du VI<sup>e</sup>. siècle la région comprise entre le Douro et le Minho est la plus développée, la mieux organisée de tout le nord-ouest de la Péninsule» (1).

Contudo, pouco ficou desta época: nem restos arqueológicos, nem achados monetários de importância, (salvo um triente suevo que apareceu em Berlande) se registam nesta comarca como pertencentes aos séculos da dominação bárbara (2).

Em face disto, parece depreender-se que os Bárbaros passaram como um vendaval, violento e furioso, sem fecundar a terra. Alguma coisa porém havia de brotar da conjugação romano-sueva. Quando a invasão seguinte irromper, ter-se-à conseguido já uma renovação religiosa católica, com o esplêndido florescimento do monacato, e haver-se-ão quase desvanecido as diferenças raciais. No momento da ameaça goda verifica-se a unificação; e mais tarde, a conquista árabe incide já sobre um povo com ideais e interesses comuns.

### Os Árabes

O milagre histórico, como alguns escritores (3) designaram a queda brusca da monarquia goda ante a cavalgada audaciosa de uns tantos grupos de invasores, explica-se pela corrupção política e social de um povo na decadência.

A primeira expedição chega à Galiza cerca do ano 716, comandada por Abdelazib. Era formada, ao que parece, por elementos berberes que em breve procuraram libertar-se do predomínio árabe. A insurreição partiu da Galiza e da vertente meridional da cordilheira cantábrica. Estas dissensões civis e a

(1) Pierre David, *Ob. cit.*, pág. 82.

(2) Moeda em meu poder achada na povoação de Berlande, Concelho de Villardevós: «Lança, tendo ao centro uma cruz unilateral; no exergo CONOB». Peso 1,42 gr.

(3) F. Lot, *Les invasions barbares*, Paris, 1937, pág. 14.

fome incessante provocaram a emigração em massa para o sul.

Cedo libertada a região galega da população muçulmana, não é fácil de explicar a espontânea abjuração da fé cristã de que fala Levy-Provençal (1), tanto mais que o desenraizar das crenças exige sempre um esforço pertinaz.

López Ferreiro (2) defende a formação de um reino entre o Minho e o Douro, anteriormente a Afonso I. Nele estariam compreendidas as terras do Tâmega. Barrau-Dihigo (3) nega esta afirmação, por falta de provas; contudo, ela é evidente, pelo menos em relação ao reinado daquele monarca. Desde o ano da fome implacável de 750, que Afonso I, sem o emprego de grandes esforços, estendia os seus domínios pelo Noroeste, dando a Fruela o governo deste pequeno estado. Não obstante, foi muito relativo o poder exercido sobre esta terra de ninguém, constituída pelo sul do reino asturiano até à margem direita do Douro. Esteve a comarca do Tâmega exposta a depredações sistemáticas quer de um lado, quer do outro, enquanto se não consolidou a linha do Douro.

Morales (4) regista a conquista de Chaves por Afonso I: «Tomó también por aquellas comarcas una buena villa que llaman Chaves y es la que el de Salamanca y los demás llaman Aguas Flavias usando su nombre antiguo del tiempo de los Romanos». Esta conquista confirma a acção do monarca asturiano no vale do Tâmega, no seu avanço sobre o Porto, Braga e Viseu.

Lafuente (5) coloca a tomada de Chaves no ano 742; insistimos todavia em que a maior parte

(1) «Espanña Musulmana», na *Historia de España*, dirigida por Menéndez Pidal, Madrid, 1950, Tomo IV, pág. 39.

(2) *Galicia Historica*, pág. 656.

(3) «Recherches», *Revue Hispanique*, Tomo LII, página 140, nota 1.

(4) *Ob. cit.*, Livro XIII, pág. 54.

(5) *Historia de España*, Barcelona, 1887, Tomo II, pág. 153.

destes territórios constituiu uma zona de litígio, erma e destruída pelas algaras constantes que os dois contendentes ali efectuaram em combates que se chamaram de *detenção*.

A falta de quadros administrativos, políticos e militares, como muito bem salienta Pierre David, trazia como consequência a rarefacção das povoações rurais.

Não é aqui o lugar para estudarmos as razões da tenaz persistência da alusão aos «mouros» no folclore, e de topónimos tais como Mourazos, não obstante o breve domínio que a região sofreu.

### A Reconquista

Assim viveu a comarca até o repovoamento de Odoário. O nome com que então o vale passa a ser conhecido é o de *Varonceli* ou *Varoncelo*. Convém no entanto advertir que este nome oferece dois aspectos distintos: por um lado apresenta-se com carácter territorial, aplicado ao valle (*in valle Varonceli*, lê-se na escritura do ano 1132, em que Afonso VII concede à Igreja de Orense o Mosteiro de *Servo Dei*)<sup>(1)</sup>; por outro lado, figura como nome pessoal no pleito, referente ao ano 676, de um ilustre *Varoncelo* que Flórez supõe tenha dado origem ao topónimo. Com a escassez de dados de que dispomos respeitantes à Alta Idade Média, é difícil de explicar a verdadeira natureza deste nome, que perdurou até os tempos modernos, no arcediagado de Varonceli, com o significado de uma jurisdição episcopal com rendas e foros eclesiásticos em terras de Verin, e bem assim no nome de uma paróquia da comarca (Santa Comba de Varonceli, Baronceli ou Baroncelle, no Concelho de Villardevós).

Tradicionalmente se tem afirmado que o nome de Monterrey foi de início *Ocelum*, como registou

(1) P.<sup>e</sup> Flórez, *Ob. cit.*, Tomo XVII, pág. 211. *In valle Baroncelli* autoriza Ordonho II a restauração de Santo Estevão de Ribas de Sil, em 921.

Otero Pedrayo<sup>(1)</sup>, e conseqüentemente que, *Varonceli* derivou de um genitivo de posse. O senhor ou dono daquele lugar, um Varo, Varon, etc., aglutinado ao nome local, teria originado o toponímico. Já por vezes temos lembrado, ao aludir a esta tradição, que *Baran* significa homem nobre, juiz, e sobretudo a etimologia de *Baron*, que para alguns etimologistas procede do baixo latim *Baro*, de *vir*, na acepção de homem valente, como aqueles que rodeavam o rei nos combates.

Outra etimologia considera este nome derivado da palavra teutónica *Ber* ou *Bahr*, que significa senhor e tem a apoia-la o facto de em França os feudos do *Alto Baron* haverem sido conhecidos com o nome de *Hautber*. O Marquês de Magny faz notar que a palavra *Ber* foi, durante séculos, usada nas escrituras públicas e na história de França<sup>(2)</sup> como equivalente a *Baron*.

Não obstante, o problema é hoje de solução difícil, especialmente quando o nome pessoal é anterior ao tópico na documentação que possuímos, e aquele nome teve uma espécie de carácter dinástico, ou apelativo de adscrição, com *Varoncelos* ou *Baroncelos* firmando escrituras com um século de diferença.

Destas confusas notícias de documentos e privilégios reais poucas deduções verosímeis podemos fazer, e talvez nunca seja possível saber se essa raiz *Var* enlaça com a possível origem romana de Verin, ou este nome surge de Varonceli, após os revoltos

(1) *Guia de Galicia*, Madrid, 1926, pág. 289. *Ocelum* figura também em muitos dicionários históricos e vocabulários. A mais antiga atribuição de *Ocelum* a Monterrey que conhecemos é a de Cornide, na sua viagem à Galiza anteriormente a 1767. Ao referir-se a esta fortaleza diz o seguinte: «*Está en un cerro bastante escarpado y que domina todo el valle por lo que los romanos le pusieron el epigrafe de «O coelum», pues es muy despejado el que aqui se registra»* (Paulino Pedret Casado, «Un viaje de Cornide por Galicia», *Cuad. Est. Gallegos*, XV, pág. 140).

(2) Alejandro Armengol, *Heráldica*, Barna, 1933, Colección Labor, pág. 152.

e difíceis tempos das invasões, como algo de novo e sem qualquer relação com aquele outro (1).

O certo é que o repovoamento de vilas e cidades, após o alude muçulmano principiou eficazmente com Odoário, diligente colaborador de Afonso III. O Cartulário de Celanova (2) diz que «*data est terra ad populandum illustrissimo viro donno Odoario qui venit in civitatem Flavias*» e o seu impulso na repovoação destas terras está confirmado na escritura de doação feita por Adonyo a São Rosendo, quando recomenda àquele ilustre personagem o trabalho de povoar de novo os territórios que haviam sido abandonados anos antes.

Reza assim o texto da escritura: «É público e notório que o Príncipe Dom Afonso enviou o ilustre varão Dom Adoario, seu grande capitão, ao reino de Galiza, para o povoar, na era de 910; veio ele à cidade de Chaves, junto do rio Tâmega, e ali ergueu castelos, fortaleceu as cidades, povoou vilas, marcou os limites próprios e tudo dispôs prudentemente...» (3).

É de presumir, dada a amplitude do repovoamento, que este alcançasse as terras espanholas do Tâmega. Gándara (4) assim o afirma no Nobiliário: «*Pobló — diz ele referindo-se a Odoário — y reedificó las villas de Pazos y Verin con su comarca en el valle de Varonceli que es hoy el que llaman Monterrey y fué señor de ellas y de aquel valle por donde pasa el rio Tâmega. La villa de Pazos se llamó San Félix y en la entrada de los moros era una ciudad populósísima. Padeció la ruina que otras ciudades de España y de los grandes edificios que tenia le quedó el nombre de Pazos*».

(1) Como se disse, *Verin*, na opinião de Piel, é topónimo de origem romana.

(2) Cartulário de Celanova, I, II, 146.

(3) Vicente Lampérez, *Historia de la Arquitectura cristiana española en la Edad Media*, Madrid, 1908, Tomo I, págs. 154 e 155.

(4) P.º Gándara, *Armas y Triunfos de Galicia*, Madrid, 1677.

Apesar de o testemunho de Gándara não ser de confiança, alguma coisa de exacto se encontra nas suas palavras. Pazos tomou o nome de seus palácios, e S. Félix de Baronceli já é mencionado no prazo e demarcação feita pelos áulicos de Ramiro II, em 950, dos limites de Pazos, Verin, Atanes, Villaza, Albarellos e Queizás (1).

Segundo Salazar de Mendoza, Verin e Pazos pertenceram a um *Sandiás de Varonceli*, que trocou essas terras, com suas demarcações e senhorio e com suas igrejas, pela vila de Comesella.

É um facto Afonso Magno, no intuito de consolidar os seus avanços, ter engrandecido a incipiente monarquia, repovoando assim *terris forismontanis* ou *terra de foris*, até Coimbra, que consta foi povoada por galegos (2).

A vida começa a reorganizar-se, com lenta mas fecunda actividade. «*La gente acudió con mucha alegría a tomar solares*» diz Ambrósio de Morales. Algumas terras o rei ia reintegrando nas antigas jurisdições, e deste modo renovou os limites da Igreja de Orense, declarando que lhe pertenciam Palla, Aurea, Limia, Berrugio, Bebalos, Lepastos, Geurres, Pinza, Casavio, Vereganos, Senabria e Calabazas Mayores (3). Certos topónimos árabes, como Zacois, bem como alguns onomásticos claramente hebraicos que figuram em documentos do século X, deixam suspeitar que possam ter sido *mancipia de gente hismaelitarum*, ou moçárabes que São Rosendo trouxesse para o repovoamento. Muitos moçárabes fugidos de Córdova ocupavam as terras reconquistadas, e a eles se devem diversas igrejas de traça pré-românica, como a de Mixós.

Em terras de Baronceli se encontrava Ordonho II de Leão, em 21 de Outubro de 921, ano 7.º do seu

(1) *Arch. Hist. Prov. Orense*. Documentos de Celanova. Cópia autenticada de 1511, do livro gótico de privilégios, fol. 37. Agradecemos estas notícias ao Arquivista de Orense e culto investigador D. Jesus Ferro Couselo.

(2) Manuel Gómez Moreno, *De arqueología mozárabe*. Tese, P. 6 e 7.

(3) P.º Flórez, *Ob. cit.*, Tomo XVII, pág. 243.

reinado, a efectuar uma doação ao mosteiro de Ribas de Sil, cuja restauração autorizou. Foram junto do rei o Abade Franquila e o Conde Gutierres Menendes para suplicarem-lhes concedesse aquele lugar, que havia ficado «despovoado e deserto, em grande ruína e destroço desde que os antigos Monges o desamparam» (1).

O documento que o rei outorgou insere a data nos seguintes termos: «*Modo tamen en VII anno regni nostri quum essemus in valle Baronceli. . . Facta hujus series testamenti sub die IIII idus Octobris, era DCCCCLVIII*» (2).

As escassas notícias de que dispomos nada nos dizem acerca do motivo da estada do rei nestes lugares, mas certamente seria de passagem, no regresso de alguma aceifa de verão. É sabido que, quase todos os anos, cristãos e muçulmanos entravam pelas terras rivais, em algaras devastadoras. Ordonho II foi um rei essencialmente batalhador. Em 917 derrotou Abderrahman, em Santo Estevão de Gormaz, mas em 918 foi o monarca cristão vencido em Mutonia, e em 920 em Valdejunquera. Mariana (3) diz que, logo após esta derrota, «*todavía el rey don Ordoño con deseo de honra y en su compañía el mismo rey de Navarra, entraron por tierra de Moros, y en particular trabajaron los campos y pueblos de la Rioja: con esto el rey don Ordoño dió vuelta a Zamora*».

O Abade Franquila, fazia-se acompanhar, segundo narra Flórez (4), do Conde Gutierres Menendes, pai de São Rosendo; e a esta família pertenciam as terras de Verin, adquiridas ao que parece pela sua actuação na reconquista (5). Gutierres Menendes teria ser-

(1) Morales, *Ob. cit.*, Madrid, 1791, Tomo VIII, Livro XV, Cap. XLVIII, pág. 144.

(2) Emilio Sáez, «Sobre la cronología de Ordoño II, de León», *Cuad. Est. Gallegos*, XX, pág. 357.

(3) P.ª Mariana, *Historia de España*, Livro 7.º, Cap. XX.

(4) *Ob. cit.*, Tomo XVII, Cap. III, pág. 16 e 17.

(5) Benito Fernández Alonso, «Verin. Del pasado y del presente», no *Heraldo de Verin*, N.º 18 de 23 de Janeiro de 1912.

vido de medianeiro perante o rei, a fim de conseguir a restauração de Santo Estevão de Ribas de Sil.

Não existem provas que permitam afirmar, como alguém fez, que Ordonho II, tivesse fixado a sua residência no vale de Baronceli. A sua estada neste lugar teria sido por uma simples passagem, como disse, e tão accidental que, volvido pouco mais de um mês, já ele estava *in valle qui vocitatur Azadina*. Azadina é um povoado do concelho de Sariegos, da província de Leão, no trajecto, portanto, da capital do reino.

O ano de 921 foi um dos mais favoráveis da vida do monarca leonês. Diz o cronista Sampiro que, durante esse ano, Ordonho II conseguira penetrar bastante profundamente no território muçulmano, sem que o governo de Córdova reagisse contra as suas incursões.

#### Reorganização do território

As palavras encantadoramente ingénuas de Radulfo Gláber, que aludem ao ano 1000, são aplicáveis à Galiza, no respeitante aos momentos próximos do abandono muçulmano do território: «Era como se o mundo, sacudindo-se a si próprio e despojado de velharias, se revestisse com o manto cândido das suas igrejas: por outras melhores substituíram os fieis as suas catedrais, os mosteiros e as ermidas».

Na *Rivoira Sacrata* florescem os mosteiros, que constituem um elemento fundamental na colonização. Alguns foram também fundados nesta comarca, sendo aliás tão imprecisas as notícias que deles se conservam, que mal os conhecemos.

No povoado de Mixós existe uma igreja pré-românica, que em breve será estudada pelo arqueólogo Sr. Lorenzo Fernandez. Próximo, existia um mosteiro de monjas beneditinas. A este mosteiro se refere o P.ª Yepes na sua *Corónica de San Benito*, quando, ao falar da igreja, diz que «*en las reliquias que oy dia se veen de los edificios y en la traça y antigüedad de la iglesia sus capilas y coro alto y baxo y otros vestixios que se conservan de*

aquel tiempo, dan muestras de que hubo allí Monasterio en tiempos pasados» (1).

Mais explicitamente o menciona o P.<sup>e</sup> de la Cueva, no *Catálogo de Monasterios sujetos al de Celanova* (2): «Las ruinas de este Convento, la iglesia de tres naves y coro alto y bajo, dan a entender que fué principal, unióse a Celanova en tiempo de San Rosendo y perseveró muchos años hasta que las monjas lo desampararon por falta de las rentas, la iglesia se anejó a Celanova y se hizo parroquia».

Acerca de um outro mosteiro são contudo ainda mais escassas as notícias. Limitam-se a uma simples citação documental do *Monasterio de Servo Dei, quod est in Vale Varoncell discurrente rivulo Tamega*, constante de uma escritura que vem reproduzida no Apêndice 3 do tomo XVII do P.<sup>e</sup> Flórez.

*Servo Dei* é a Servoy actual, povoação do Concelho de Castrelo del Valle, na estrada de Verin a Campobecerros. Nada resta deste cenóbio, nem daquele que, num artigo de Fernández Alonso (3), se diz ter existido em S. Félix de Pazos.

É sabido que os mosteiros, proprietários de terras, atraíam cultivadores e criavam à sua volta grupos humanos, que afluíam como consequência da valorização económica do terreno.

Até meados do século x todas as notícias sobre o repovoamento de Verin são conjecturais. Precisamente no ano 950 a documentação refere já a existência de *Santa Maria* como núcleo urbano, que se localiza com segurança no sítio onde se encontra actualmente Verin. A par deste núcleo figuram outros povoados como Villaza, Albarells, San Félix de Varonceli (Pazos), Atanes, Queizás, Valdriz, Cabreiroá, etc.

(1) Fr. Antonio Yepes, *Corónica General de la Orden de San Benito*, Tomo I.

(2) Citado por Angel del Castillo, «Dos iglesias prerománicas», *Boletín de la Comisión de Monumentos de Orense*, N.º 182.

(3) Vide nota 5, de pág. 84.

Verin pertence à Condessa Trudildi «que fuit uxor Velasco Ruderiz».

Ferro Couselo (1) supõe que esta *Trudildi* seja filha do Conde Dom Rodrigo, que doou ao Mosteiro de São Rosendo em 978 a vila de Paredes, freguesia de S. Pedro de Laroá, na Límia, e as de Segerey y Desteriz.

Também nestes documentos se menciona o *castrum Baroncelli*, que seguidamente se chamaria Monterrey.

O repovoamento do vale é, por consequência, seguro e importante no século x, estendendo-se inclusivamente à zona montanhosa, como a de Valdriz e Atanes. Verin é portanto anterior a 1180, ano que se considera, segundo um manuscrito de Samos, o da sua fundação por Pelayo, Abade de Celanova, cuja Abadia tinha um Priorado consagrado a Nossa Senhora (2).

O nome de Verin encontramos pela primeira vez no privilégio de Afonso VII, dado em Valladolid a 29 de Janeiro de 1155, restituindo ao mosteiro de Celanova vários coutos e propriedades perdidas, entre outros lugares Verin e Pazos (3).

Já atrás falamos da possível origem deste topónimo que mais tarde, no século xii, aparece com frequência nos documentos.

Pertencia à abadia de Celanova, talvez já desde os tempos de São Rosendo, que o herdou de Gutierrez Menendes, seu pai, a quem pertenciam no século x as terras de Varonceli. Mas durante as lutas civis entre Afonso VII e sua mãe, deve o mosteiro ter perdido a jurisdição sobre este território, segundo o testemu-

(1) Jesús Ferro Couselo, *Los petroglifos de término y las insculturas rupestres de Galicia*, Orense, 1952, pág. 205 e ss., onde se reproduzem os prazos e demarcações a que se alude no texto.

(2) Cantabranc, ano 1180, pág. 297. Manuscrito de Samos. Notícia facilitada pelo P.<sup>e</sup> Fulgêncio Rios, do Convento beneditino de Valvanera (Logronho). O erro deriva de se considerar como fundação a carta de foro a que adiante nos referimos.

(3) Biblioteca Nacional. Armário 25, prateleira 1.ª, Núm. 4, Maço 977.

nho de um privilégio citado por D. Angel del Castillo (1), pelo qual Fernando III, o Santo, confirma outro de Afonso VII, o Imperador, de 4 de Fevereiro de 1155, que doa ao mosteiro de Celanova, entre outros bens, *Santa Maria de Verin, cum sua villa Moxous*.

A independência de Portugal teve suas repercussões no Alto Tâmega. Houve tentativas, porfiadamente insistentes, de reedificar Monterrey, contrariando os direitos do mosteiro de Celanova. A documentação é posterior à independência portuguesa, mas nela se alude aos inveterados intentos de ocupação de Monterrey, sem outra finalidade que uma utilização meramente estratégica. Por fim, dada a pobreza do lugar e a falta de condições de habitabilidade pela ausência de água, e reconhecida a primazia ao seu valor fronteiriço, conseguiu-se repovoá-lo, sendo chamado a desempenhar, durante a Baixa Idade Média e nos tempos modernos, um papel de primeira importância.

Por estes sítios lutou o Alcaide de Allariz, Fernando Joannes, contra Afonso Henriques. E ainda em 1125 Dona Teresa possuía terras na comarca que doou à igreja de Tuy, entre elas *ecclesia S. Mariane de Arcucelo integra cum omnibus pertinentiis suis in ripa Limiae* (2).

Também a igreja de Orense possuía benefícios no vale, que lhe eram disputados pelo Arcebispado de Braga, verificando-se no ano de 1199 uma informação testemunhada sobre o direito da Mitra orensana aos benefícios de Vinaes, Laborzana, Varonceli, Tamagos, Lucenza, Villaza, Cabreiroá e outras terras de Verin (3).

Não obstante alguns deles procediam de doação régia: em Março de 1188 Fernando II faz doação perpétua ao Bispo Dom Afonso e ao Cabido de Orense de «*Gondulfis cum toto suo termino . . . Cabreyra loco eo qui dicitur Baruncele et cum suis pertinentiis dividit cum Castrelo e Villamaiore e cum Pepin iuxta tamega*» (4).

(1) *Ob. cit.*

(2) P.º Flórez, *Ob. cit.*, Apêndice 4.º, Tomo 22, pág. 256.

(3) Marcelo Macias, *Bol. Com. Mon. Orense*, N.º 169.

(4) *Bol. Com. Mon. Orense*, N.º 99.

Também à igreja de Orense doou Afonso VII o Mosteiro de Servo Dei, de que já falamos. Igualmente outros lugares pertenciam a mosteiros e a particulares, como pode depreender-se da carta de doação feita pela Abadessa de Santa Maria de Sansi ao Mosteiro de Ribas de Sil, referente a uma herdade em Matamá, na era de 1228 (11 de Maio de 1190), *Mathamá, territorio verosino*.

Contudo a Celanova estavam sujeitas, na sua maior parte, as terras verinenses. A este grande mosteiro beneditino se deve uma importante parte do labor do repovoamento. O cenóbio, por intermédio do Abade Payo, outorga em 1183 foro a quantos queiram habitar e povoar a vila de Verin, reservando nas terras lavradas a quarta parte dos frutos, e a quinta nas incultas. Estabelecem-se igualmente censos para o repovoamento florestal, vinhedo, etc.

Finda a Alta Idade Média, abundam as notícias, e a história da bacia superior do Tâmega desenha-se então em traços muito mais claros e transparentes que os ténues vislumbres da época precedente.